

O BAIRRO DE CAMPINAS EM GOIÂNIA: REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE

ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA[1]

CRISTINA MARIA COSTA PRADO[2]

DANIELE SEVERINO DE SOUZA GODINHO[3]

[1] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, Universidade Federal de Goiás.

[2] Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, Universidade Federal de Goiás.

[3] Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, Universidade Federal de Goiás.

O BAIRRO DE CAMPINAS EM GOIÂNIA: REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE

INTRODUÇÃO

O povoado de Campinas em Goiás tem origem no ano de 1810. Tornou-se arraial, vila e, em 1907, município emancipado. Com a construção da nova capital Goiânia, no início dos anos 1930, transformou-se em sede provisória do governo estadual e apoio ao processo de implantação da nascente cidade. Os anos se passaram e com o crescimento de Goiânia, Campinas incorporou-se à cidade como um de seus bairros. A pequena aglomeração de traçado e arquitetura tradicionais hibridizava-se com a com a cidade moderna e planejada.

Devido a junção a Goiânia, o pequeno núcleo de Campinas passou por mudanças. Muitas edificações, exemplares da arquitetura vernácula goiana, foram destruídas para dar lugar aos comércios varejistas e atacadistas, conectados ao abastecimento da capital, além de outros novos usos. A especulação imobiliária tomou proporções devastadoras, deixando seu traçado original confinado em meio a uma miríade de novos loteamentos. Somente a partir do plano diretor de Goiânia de 1992, Campinas passou a merecer maiores cuidados, porque foi considerada área de preservação cultural. De fato, poucas ações foram adotadas no sentido de sua proteção como patrimônio histórico e cultural. Em 2003, no processo de tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico *art déco* de Goiânia pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) incluíram-se alguns monumentos e espaços públicos de Campinas, dentre os quais o Palace Hotel, a Subprefeitura e Fórum de Campinas, e parte do seu traçado urbanístico.

Campinas se ocultou sob Goiânia, mas evidenciam-se seus traços. É um bairro singular, com memória própria e atividades que lhe são características. Grande parte da vida do bairro se encontra na Avenida 24 de Outubro, que está incluída no traçado tombado. Entretanto, edifícios que não são considerados patrimônio, como por exemplo a igreja Matriz de Campinas, o Mercado Municipal ou o Estádio Antônio Accioly, são sempre citados como referências para os usuários e moradores, ainda que não sejam vistos da mesma forma pelos órgãos que salvaguardam (Figura 1).

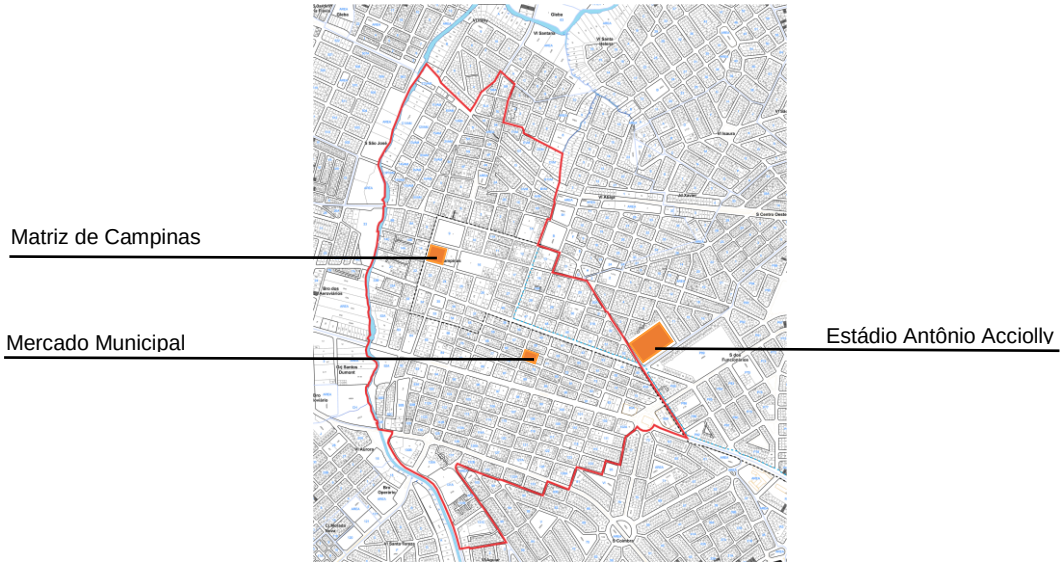


Figura 1 - Foto aérea atual de Campinas – 2017
Fonte: Google Earth, 2017, com intervenção gráfica das autoras.

Entende-se que a preservação está relacionada diretamente à ligação afetiva existente entre monumento e usuários. Então surge o questionamento: como acontece essa preservação sem que o elemento seja parte da história e/ou da memória do bairro? Por conseguinte, discute-se neste texto de que forma a memória individual e a coletiva agem para transformar o lugar e torná-lo parte da memória de um grupo social.

Segundo Jacques Le Goff (1990, p. 423), “o conceito de memória é crucial”. Isso pode significar: primeiro, a importância dessa discussão sobre memória na contemporaneidade dentro das ciências humanas, principalmente entre os historiadores; segundo, ressalta a memória como um elemento fundamental para se discutir identidade (AMORIM, 2012, p. 107). Para complementar essa discussão, o conceito de história fará parte do contexto, uma vez que se relaciona com a memória, sendo dois conceitos aparentemente similares e que se mantêm em extremos opostos por definição. Por fim, procurar-se-á ver como a memória e a história de um lugar e dos grupos sociais que ali viveram e vivenciaram suas experiências se organizam criando a identidade para o lugar. Ali a memória é essencial ao sentido identitário, e a história se faz presente em todo o processo.

Conceituam-se memória, história e identidade tentando responder a duas perguntas essenciais. A primeira é: qual a identidade de Campinas sob o olhar goianiense? Para tanto, vale assinalar que Goiânia parece entendê-la apenas como um bairro com graves problemas urbanos e talvez como lugar onde há movimentação do capital econômico da cidade. A segunda: qual a

identidade do bairro de Campinas para os campineiros? Essa pergunta desencadeia uma carga de memória bastante relevante, que pode responder a todo processo de criação da identidade.

A MEMÓRIA

Memórias individuais de moradores, comerciantes e consumidores conduzem a uma Campinas de outrora, talvez mais acolhedora, com mais vivacidade, mais intimista, que traz saudade do tempo que se foi, há mais ou menos quinze anos, e se tornou um bairro frio. São memórias de um grupo social específico e que, provavelmente, não significariam nada para outros, afinal referem-se às vivências individuais.

> A memória opera por uma ligação com o passado, enriquecendo o presente, selecionando pela lembrança e pelo esquecimento o que se deve rememorar, sendo pleiteada também por fornecer um lugar de pertencimento, uma memória comum. (AMORIM, 2012, p.109).

No entanto, os edifícios e todas as referências espaciais, como ruas, calçadas, praças, casas, salas entre outras, agem de forma diferente. Podem ser parte das memórias individuais, mas conseguem representar um conjunto de pessoas, e assim criar uma memória coletiva. O arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa (2011, p.11), que discute a arquitetura multissensorial, diz que: "A tarefa mental essencial da arquitetura é acomodar e integrar. A arquitetura articula a experiência de se fazer parte do mundo e reforça nossa sensação de realidade e identidade pessoal; ela não nos faz habitar mundos de mera artificialidade e fantasia".

Interpretando o referido autor, pode-se dizer que um edifício, mais que meramente abrigar, age de forma mais sensitiva. Ele traduz vidas, sentimentos, experiências, projeta os sentidos humanos, integra, socializa, representa. Ainda segundo o arquiteto, no que diz respeito às sensações da arquitetura, ao "experimentar a arte, ocorre um intercâmbio peculiar: eu empresto minhas emoções e associações ao espaço e o espaço me empresta sua aura, a qual incita e emancipa minhas percepções e pensamentos" (PALLASMAA, 2011, p.11).

Para Maurice Halbwachs (2006), as lembranças se dão de duas maneiras: como memória individual, fazendo parte da personalidade ou da vida pessoal; ou podem como memórias de uma sociedade, ou seja, memórias coletivas, impessoais. O autor ressalta que a memória coletiva não ultrapassa os limites do grupo. Ela retém do passado tão-somente o que ainda está vivo ou o que é capaz de viver do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 2006, p. 102).

Para esse autor, as memórias, individual e coletiva, se completam, uma vez que a memória individual incorpora e assimila aos poucos todas as contribuições externas, oferecidas pela memória coletiva, apoiando-se nesses elementos para preencher eventuais falhas e tornar as lembranças individuais mais exatas e reais. Assim, a memória individual é influenciada pela coletiva, porque,

> [...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Os referenciais que estruturam a memória, além de intensificarem as lembranças, se combinam com as memórias pessoais, até se misturarem de maneira que não haja mais distinção entre as lembranças vindas de fora e as lembranças que são individuais: "A memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças" (HALBWACHS, 2006, p. 98).

Por conseguinte, a memória individual não é imune às influências de outras memórias, mas é impossível utilizá-la fora da sociedade. Além disso, quanto ao recurso a interferências externas, todas as memórias se limitam no tempo e no espaço conforme seus referenciais. Portanto, conforme Halbwachs (2006), a memória está em permanente mudança, pois é moldada, de certa forma, pelas influências sociais e coletivas a que se expõe.

Como complemento a essas ideias, vale mencionar as considerações de Michael Pollak, que em seu ensaio intitulado *Memória, esquecimento, silêncio* (1989) dialoga diretamente com a obra de Maurice Halbwachs. O autor entende que a relação do homem com o passado é gerada em meio a conflitos entre a dimensão da memória individual e a coletiva, o que reforça que a memória individual é gerada na interação com o coletivo.

Pollak (1989, p. 9) afirma, nesse sentido, que a memória é uma "operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar". Em outro ensaio, intitulado *Memória e identidade social* (1992), Pollak nos apresenta três elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos "vividos por tabela"; pessoas e personagens e, por fim, os lugares. Para o autor, a memória

embasa-se nesses três elementos, com os quais o sujeito pode ter entrado em contato diretamente ou indiretamente (POLLAK, 1992).

Halbwachs (2006, p. 124) também se refere a alguns aspectos que dão suporte à memória. Entende o tempo e o espaço como "localizadores" das lembranças: "Quando nos lembramos [...] há um contexto de dados temporais a que esta lembrança está ligada de alguma forma". São esses fatores que possibilitam o surgimento da lembrança.

Essa percepção e materialização da memória constituem um movimento superficial que faz o homem se distanciar de suas reais lembranças e de seu passado, o que impede o processo evolutivo da memória e o exercício de sua função essencial de gerenciadora do passado. Nora (1993, p. 22) explica como isso se dá:

> [...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.

Não se pode apreender a memória, pois o esquecimento, o silêncio, as distorções do passado são parte de sua natureza, e o homem precisa da memória para seguir adiante. Por isso a memória é "aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas realizações" (NORA, 1993, p. 9). São exatamente essas brechas deixadas pela memória que a caracterizam:

> A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; [...] se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções [...] A memória emerge de um grupo que ela une [...] se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem no objeto. (NORA, 1993, p. 9).

Os teóricos citados trilham diferentes pensamentos sobre memória, mas convergentes. Halbwachs (2006) e Pollak (1989, 1992) pensam a questão situando a memória em um ponto de vista coletivo, pautados pela afirmação de que a memória individual sofre interferências das memórias coletivas, na medida em que recorre a referentes externos para estruturar-se. Assim, segundo os autores, existe uma memória coletiva e social. Já na concepção de Nora, existe um lugar de memória. Esses lugares podem ser espaços ou objetos, nos quais o homem

guarda suas memórias, que poderão ser despertadas. São, antes de tudo, restos. Segundo essa concepção, a memória é um fenômeno sempre atual, porque está vinculado com o presente.

A HISTÓRIA

Longe de serem sinônimos, memória e história, se confundem com frequência, mas em tudo se opõem. Segundo Nora (1993), a memória é a vida, ao passo que a história é reconstrução do que já passou e não existe mais. Reconstrução que é sempre incompleta e por isso problemática. De sua parte, a memória é atual, é um elo vivido no eterno presente (NORA, 1993). Em suas observações sobre o que chama de lugares de memória, publicadas no artigo "Entre memória e história: a problemática dos lugares", Nora (1993) discute sobre a necessidade de escolher lugares onde guardar as memórias. Trata-se da escolha de certos espaços ou objetos para a tarefa de capturar a memória e a deixar finalizada para a qualquer momento ser despertada pelo homem.

Memória moderna é destacada pelo autor como "uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta" (NORA, 1993, p. 15). A memória, portanto, está em lugares como esses, estabelecendo a mediação da relação do homem com seu passado, como se a memória não fosse suficiente para promover a conexão direta entre presente e passado. É necessário algum meio material para alojar a memória, as lembranças, por isso "os lugares de memória são, antes de tudo, restos" (NORA, 1993, p. 12). Em razão disso, Nora (1993, p. 9) entende que os lugares de memória deixam de ser memória e tornam-na história, pois "desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história".

Ecléa Bosi (2003) diz que, por mais ricos que sejam os depoimentos colhidos por meio das histórias de vidas, eles jamais substituirão a história. Segundo a autora, os depoimentos "não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política" (BOSI, 2003, p. 49). Jacques Le Goff (1990, p. 9) assim se refere à ciência histórica:

> [...] a ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se "indaga", se "testemunha". Tal é o significado do termo grego e da sua raiz indo-européia *wid-*, *weid-* "ver". Assim, a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer "Eu vi, senti". Este

> aspecto da história-relato, da história testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica.

Para Nora, a história trabalha tendo a crítica como seu ponto central. Dessa forma, ela é a anulação do passado vivido. Não visa exaltar o que realmente aconteceu, mas contestar e anular os fatos. Se uma sociedade vivesse apenas "sob o signo" dos ditos históricos, não conheceria mais que uma sociedade tradicional (NORA, 1993, p. 9).

Havendo rastro, distância e mediação, não estamos mais dentro da memória e sim da história. A história é a representação do passado (NORA, 1993, p. 9). O passado de Campinas iniciou-se em 1810, quando o alferes meia-pontense Joaquim Gomes da Silva Geraes, à procura de minas de ouro no Rio Anicuns, resolveu se fixar na região e formar uma fazenda, atraído pela beleza incomparável daquelas terras (CAMPOS, 1985, p.15).

A partir desse fato, e com as ricas minas de ferro que lá existiam, inúmeras famílias de São Paulo e Minas Gerais se mudaram para Campininha das Flores, como foi nomeada. Ocorria a exploração das minas e logo uma igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição passou a fazer parte do povoado (CAMPOS, 1985, p. 16).

Ainda segundo Campos (1985, p. 15), naquele momento, Campinas possuía poucas ruas, alguns casebres de adobe, uma capela e um pequeno comércio. Como se encontrava no caminho da velha capital Goiás, os transeuntes que iam ao centro administrativo do estado, cansados da viagem, paravam para retomar as energias e seguir adiante.

Essa foi a primeira fase de urbanização da Campininha, caracterizada apenas como pouso e abrigo. Mas a partir desse momento, em busca de melhoria de vida, pequenos comerciantes, agricultores e criadores de gado começaram a habitar a região. É importante salientar que essa divisão em fases foi uma forma de deixar mais perceptivo o processo de ocupação do povoado, mas efetivamente não houve fases.

Os padres redentoristas da Congregação do Santíssimo Redentor da Baviera, sul da Alemanha, chegam a Campinas em 1894. Campinas era apenas um povoado de quatrocentos habitantes. Com eles chegam as transformações, já que eram professores, médicos, engenheiros, construtores, juízes e advogados. Ali constroem o primeiro convento e a segunda capela em 1900 (CAMPOS, 1985, p. 19). Em 1907, como nos diz Campos (1985, p. 21),

relativamente pouco tempo decorrido após a chegada dos redentoristas, Campinas já é um povoado, e sete anos depois, torna-se cidade.

As irmãs franciscanas, também provindas da Alemanha, chegam à pequena cidade em 1921 para fundar o Colégio Santa Clara. O trabalho dos religiosos foi o marco do crescimento do lugar.

Somente em 1932, o interventor Pedro Ludovico Teixeira decretou a mudança de capital, nomeando uma comissão para a escolha do lugar. Analisaram várias regiões até ser escolhida Campinas, por suas características favoráveis, como estar em uma grande planície.

> Considerando que Campinas se acha situada no ponto cêntrico da parte mais povoada do Estado e a sua topografia é das mais apropriadas e belas para a construção de uma cidade urbanamente moderna, entre um vasto perímetro de terras de ótimas culturas, todas cobertas com matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade; a Subcomissão é de parecer que a nova Capital seja construída em Campinas [...]. (TEIXEIRA, 1973, p. 71-73).

Campinas torna-se apoio à construção da nova capital (CAMPOS, 1985, p. 43). Com o passar dos anos e o crescimento de Goiânia, incorpora-se ao traçado da capital e, em 1936, oficialmente deixa de ser cidade para se tornar bairro da nova capital.

A IDENTIDADE E O BAIRRO

Em seu livro *Memória e identidade*, Joel Candau (2011, p. 9) se refere à identidade como algo que "de certa maneira sempre acontece no quadro de uma relação dialógica com o Outro". Acerca do indivíduo diz:

> [...] identidade pode ser um estado [...] meu documento de identidade estabelece minha altura, minha idade, meu endereço, etc. – uma representação – eu tenho uma ideia de quem eu sou – e um conceito, o de identidade individual, muito utilizado nas Ciências Humanas e Sociais. (CANDAU, 2011, p. 25).

Já definir a identidade aplicada a um grupo de pessoas é mais complexo, pois jamais as pessoas serão idênticas. O termo é empregado mais quando há uma semelhança, pois "a identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma representação" (CANDAU, 2011, p. 25).

Candau (2011, p. 10) ainda nos diz que se admite "geralmente que memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas". Consequentemente objetos patrimoniais que comumente são descritos como marcos devem ser cabíveis de conservação e valorização, visto que representam a identidade de um grupo.

Stuart Hall, em seu livro *Identidade cultural na pós-modernidade* (2006), ao apresentar algumas questões de identidade cultural, caracteriza o indivíduo da modernidade como individualista: indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de capacidade de consciência e de ação (HALL, 2006, p. 10). Segundo essa concepção, a identidade desse sujeito nasce com ele e o acompanha durante toda sua vida. Portanto, a essência inicial continua a mesma ao longo do tempo. Ainda segundo o autor:

> A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com" outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava (HALL, 2006, p. 11).

Esta visão torna-se a concepção sociológica clássica, dada a compreensão de que a identidade é "formada na interação entre o eu e a sociedade" (HALL, 2006, p. 11). Ainda nessa concepção, a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior. Assim, abandona-se a percepção do indivíduo como um sujeito fechado em si. Todavia, segundo Hall (2006, p. 11-12),

> [o] o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" – entre o mundo pessoal e o mundo público.

Como vimos, as considerações de Hall diferem das de Candau, ao afirmar ser a identidade algo provisório, que está em contínua construção e passando por processos de mudanças. Nesse sentido, o sujeito pós-moderno, segundo Hall (2006, p.12), é fruto de um processo que não contém uma identidade própria:

> [...] O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Na concepção de Hall (2006), a identidade torna-se mutável. Ela é transformada continuamente em face das formas como somos interpretados ou representados no sistema cultural em que estamos inseridos. A história é que a define. Portanto, o sujeito pode ter sua identidade alterada, dependendo do meio no qual esteja inserido. E assim dentro de cada um

de nós há diferentes identidades que podem vir à tona, conforme a situação em que nos encontramos (HALL, 2006, p. 13).

Segundo Candau, a identidade é uma representação (2011, p. 25) e está indissoluvelmente ligada à memória (2011, p. 10). Por conseguinte, objetos patrimoniais que geralmente são descritos como marcos devem ser cabíveis de conservação e valorização, visto que representam a identidade de um grupo. Quando se ouvem depoimentos de antigos moradores do bairro revive-se o que estes estão descrevendo. A mente é transportada para aquelas recordações, como um leitor ao sentir as emoções descritas em um livro. Entretanto, segundo os estudos de Halbwachs (2006, p. 77), "não há, na memória, vazio absoluto". Com isso se entende que a memória consegue suprimir os vazios deixados pelas lembranças e responder às interrupções, falhas ou esquecimentos existentes. Sendo assim, é possível recriar até memórias que não pertençam ao indivíduo que as compartilha.

Aos antigos e atuais moradores de Campinas, várias memórias fazem-nos recordar uma época diferente, que continua sendo repassada entre os grupos sociais dos quais eles fazem parte. É por esse motivo que toda conversa em relação ao bairro ganha um tom nostálgico e ao mesmo tempo de revolta, pelo que Campinas foi e o que se tornou.

Para Goiânia, o bairro incorporado à cidade não representa apenas a memória. Ele, na verdade, faz parte da história. A questão conturbada reside no fato de memória e história serem opostas por essência. A memória se encaixa nesse misto de relatos e sensações, em que o sentimento tem mais espaço e então deixa enevoada a realidade "nua e crua", criando sempre uma aparente verdade coesa e sem "furos" de informação. Mas a história, não. Ela reconstrói o passado, selecionando quais dados serão oportunos a tal reconstrução. Por esse motivo, Nora (1993) diz que, se fôssemos depender apenas da história como meio de conhecer o passado, saberíamos apenas fragmentos sobre os acontecimentos das sociedades tradicionais. Isso fica mais claro para nós quando analisamos a situação de 1945 (Figura 3), momento em que o primeiro coreto de Campinas, construído em 1931 (Figura 2), foi demolido para dar lugar a um mais moderno.





Figuras 2 e 3: Coreto de 1931 e 1945 – Praça Joaquim Lúcio.
Fonte: Jornal O Popular e Blog Cerrado Ilha.

Na ocasião em que Campinas apresentou um coreto moderno, a sociedade campineira se sentiu parte da modernidade da cidade, como se dali para frente realmente integrassem uma só sociedade. Alguns anos depois, esse monumento foi demolido para dar lugar ao modelo anterior (Figura 4). Segundo o prefeito da época, Nion Albernaz, os moradores de Campinas clamavam por suas memórias. Esse fato gerou um impasse entre sociedade e prefeitura. Hoje, o coreto serve como abrigo para mendigos e pessoas em situação de rua. A prostituição em suas imediações e a mudança drástica de uso da Praça Joaquim Lúcio quando largo e hoje como praça deixam os moradores cada vez mais afastados dessa área pública.



Figura 4: Coreto reconstruído depois de 1945 – Praça Joaquim Lúcio.
Fonte: Daniele Severino de Souza Godinho, 2017.

Para os chamados campineiros, esse bairro não consegue obter da população goianiense, como um todo, o respeito necessário como parte integrante da cidade. Parece apenas haver uma exploração pelas qualidades econômicas do bairro, um chamariz pelos costumes religiosos, um descaso pela vida tradicional que ainda acontece em pontos afastados da agitação comercial. Na verdade, o que os campineiros almejam não é a qualidade de vida das cidades pequenas, uma vez que o bairro é parte de uma metrópole, mas sim que Campinas seja vista e assim os moradores sejam ouvidos. É o que permitirá a preservação de sua memória. Não querem ser parte do esquecimento. Também almejam fazer parte de projetos relacionados ao uso dos espaços públicos. Querem visibilidade cultural para o mercado municipal e suas bancas tradicionais, assim como para o Estádio Antônio Accioly como veículo de contribuição aos projetos sociais, possibilitando a retirada dos jovens das ruas. O caminhar pelas ruas deve voltar a ser um ato seguro. Em suma, é preciso respeitar os anos de histórias e memórias do lugar.

A causa está em existir duas visões sobre Campinas, como se ainda Goiânia e Campinas fossem duas cidades emancipadas. Uma por parte de quem desconhece a história de Goiânia, tratando Campinas apenas como um lugar sem planejamento, que gera graves problemas urbanísticos. Outra visão parte de quem viveu e conviveu pela região ou que tem conexões com Campinas de alguma forma. Para estes, existe o significado de vizinhança, amizade, solidariedade, companheirismo. Trata-se daquele jeito interiorano de se pedir um “copinho de açúcar” para o amigo que mora logo ao lado. Há os que sentam na porta de suas casas para “ver o movimento”. Há os que ainda optam por caminhar pelas calçadas estreitas aos domingos para ir à feira. Há quem não more mais no bairro, mas ainda se utiliza dos seus serviços e comércios. Há quem tem a casa da avó para visitar ou os que já tiveram. A semelhança entre todos esses é o sentimento constante de saudade, o desejo de que o bairro seja preservado para suas futuras gerações. Mas essa preservação não diz respeito ao engessamento das tradições, mas sim ao respeito pela história e pela importância de Campinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou o caso do Setor Campinas, em Goiânia, com fundamento em diferentes autores que tratam sobre o significado de memória, história e identidade.

É instintivo que os moradores do bairro se apeguem às memórias, em vista que a maior parte da população goianiense o entenda como história, uma vez que memória e história caminham em lados opostos. E desse modo se cria uma incompatibilidade na gestão do lugar e aparecem alguns questionamentos.

Ao longo do texto ficou claro que a identidade de Campinas sob o olhar goianiense geralmente é negativa, pois o bairro é considerado problemático. Mas essa visão também está ligada ao tom crítico que a história exige para que se faça uma análise fria do lugar. Para os campineiros, o bairro ainda é acolhedor, eles gostam muito de viver por lá. Ainda é perceptível a questão da vizinhança, de como os moradores conhecem uns aos outros e se ajudam quando precisam. Possuem muitas memórias vivas a respeito do bairro, referenciam lugares que muitas vezes nem existem mais, mas que ainda estão presentes na memória individual.

A identidade do bairro fica dividida nessa divergência entre memória e história e acaba por gerar polêmicas e dúvidas quanto à sua preservação. Não houve a pretensão neste artigo de dizer que necessariamente é preciso tombar um monumento para que haja proteção. Há vários relatos demonstrando que o gostar de algo, e sua conexão com ele, faz com que se cuide, se respeite qualquer objeto de memória ou história. Porém, a dicotomia entre a memória de outrora e a vida conturbada de bairro de uma metrópole cria uma margem que congela a parte da preservação das tradições. Pode-se acrescentar que o intenso comércio e os desgastes da vida urbana metropolitana continuam por descaracterizar cada vez mais os espaços da vida tradicional no bairro.

REFERÊNCIAS

AMORIM. Maria Aparecida Blaz Vasques. História, memória, identidade e história oral. *Jus Humanum – Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6, jan.-jun. 2012.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade***:** lembranças de velhos. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CAMPOS**,** Itaney Francisco. *Notícias históricas do Setor Campinas***.** Goiânia: Prefeitura Municipal, Assessoria Especial de Cultural, 1985.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al.Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara AunKhoury. *Revista Projeto História,* São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PALLASMAA, Juhani. *Os olhos da pele*: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 9-68.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.

FONTES DAS IMAGENS

GODINHO, Daniele Severino de Souza. Imagens. Goiânia, 2017.

Mapa Urbano Básico Digital de Goiânia – MUBDG, v. 21, 2017.

Blog Cerrado Ilha. Disponível em: <http://cerradoilha.blogspot.com/2011_02_01_archive.html>. Acesso em: 10/07/2017.

Jornal O popular. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/magazine/hist%C3%B3ria-e-nostalgia-1.210914> Acesso em: 10/07/2017.